

Governo tenta reduzir dívida

Pública

■ BC relança mercado secundário de títulos públicos para diminuir a taxa de juros e ampliar os prazos de pagamento

Brasília - Fernando Bizerra Jr

VIVIAN OSWALD E
UGO BRAGA

BRASÍLIA - O governo está trazendo de volta à economia do país os negócios com títulos federais entre investidores no mercado financeiro - o chamado mercado secundário, desativado desde a década de 70. A intenção é aumentar as operações com esses papéis e reduzir os juros pagos sobre eles, além de ampliar os prazos de pagamento.

Hoje, a dívida do governo atrelada aos títulos federais (dívida mobiliária) está em R\$ 403,359 bilhões, segundo dados do Banco Central (BC). A grosso modo, as medidas devem diminuir o custo da dívida do setor público e ampliar o volume de recursos que o setor privado poderá usar para investir na economia e emprestar para a população.

O diretor de Política Monetária do BC, Luiz Fernando Figueiredo, disse não ter uma estimativa do impacto das medidas sobre o custo da dívida. Mas técnicos do governo admitem que a economia pode ser de R\$ 10 bilhões ao ano.

Com as 21 medidas lançadas ontem pelos membros da equipe econômica, o governo pretende garantir não só a existência e a transparência do mercado secundário de títulos, mas também o interesse dos investidores por seus papéis.

"Não seremos capazes de ter um mercado secundário desenvolvido e líquido, sem transparência", disse Figueiredo. Na mesma linha, o BC vai divulgar um relatório mensal com a posição da dívida pública e o comportamento dos títulos que a representam.

Prefixados - Com as novas medidas, o governo pretende aumentar a parcela de sua dívida mobiliária atrelada a títulos prefixados. Atualmente, 59,5% de seus papéis são pós-fixados, remunerados pela taxa Selic, 26,3% pela variação cambial e só 10,8% são títulos prefixados.

A mudança no perfil da dívida será feita, entre outras coisas, com a troca de 75 tipos de títulos com remuneração pós-fixada, que equivalem a um estoque de R\$ 26 bilhões, por um único tipo de papel indexado ao Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Hoje, a média do prazo de vencimento da dívida pública mobiliária é de 11 meses. "É difícil lançar um papel com prazo mais longo prefixado, por isso tem que haver um índice de inflação", disse Figueiredo.

O governo quer ainda se certificar de que seus papéis serão totalmente aceitos pelos investidores. Para isso, em vez de oferecer os seus títulos ao mercado e esperar pela demanda dos potenciais compradores, o Tesouro vai verifi-

car que tipo de papéis os investidores querem antes mesmo de realizar os seus leilões, o que deve garantir aceitação total. A idéia é emitir títulos com prazos cada vez maiores.

A equipe econômica também quer reduzir o número de leilões com seus papéis para forçar os bancos a comprarem títulos já lançados e disponíveis no mercado secundário. Atualmente, o Tesouro realiza pelo menos quatro leilões por semana. Mas passará a fazer apenas um leilão semanal, às terças-feiras.

Para garantir uma maior previsibilidade a essas operações, o Tesouro pretende divulgar um calendário mensal com o tipo e volume de títulos a serem ofertados nos leilões a partir de novembro.

O governo também quer que os seus títulos sejam negociados com as ações nas bolsas de valores. Para isso, as próprias bolsas passarão a contar com um mecanismo de cotação para os papéis.

Hoje, essas vendas são feitas por telefone. A Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima) também terá um painel eletrônico com os dados desses papéis em tempo real. A organização já dispõe de um sistema semelhante em que exibe informações dos negócios com títulos federais das 20 principais instituições financeiras.



Figueiredo: "Não seremos capazes de ter um mercado secundário desenvolvido sem transparência"

AS MEDIDAS ANUNCIADAS

ALONGAMENTO

O governo pretende reduzir o número de lançamentos de títulos do Tesouro de duas vezes para uma vez por semana. Ao mesmo tempo, pretende reduzir os prazos de vencimento. Com isso, poderá realizar leilões durante várias semanas com títulos que vencem na mesma data. Isso fará com que exista um número menor de títulos, o que dará mais credibilidade aos papéis.

TRANSPARÊNCIA

O Tesouro vai divulgar previamente o cronograma de emissão de títulos que serão oferecidos ao mercado. Além disso, vai divulgar via Internet e pela imprensa informações e comentários sobre o mercado de títulos públicos. O BC vai incentivar as bolsas e a Andima a divulgarem as cotações que os títulos lançados pelo governo estão tendo no mercado. Isso vai facilitar a negociação com os títulos públicos e criar uma base para as taxas que serão oferecidas nas ofertas públicas realizadas pelo Tesouro.

RECOMPRA

O Tesouro vai lançar um título com garantia de recompra em pra-

zo determinado. Por exemplo, um título de seis meses com garantia de recompra após um mês. Isso dará garantias aos detentores do título de que se não conseguir negociá-lo no mercado, o próprio governo o compra de volta. Além disso, o governo vai realizar periodicamente operações de compra de seus títulos, conhecidas como *go-around* e utilizadas para dar liquidez aos bancos.

DERIVATIVOS

O governo vai lançar opções de venda no mercado de derivativos como forma de criar um sistema de preços de mercado para seus papéis e, com isso, reduzir o risco, criando um limitador de perdas para os detentores dos títulos públicos. Com a cotação diária dos títulos nas bolsas de futuros, o governo obterá melhores taxas nos leilões de títulos do que as que consegue hoje, num mercado mais fechado.

OFERTA

O Banco Central, como agente do Tesouro, vai monitorar o mercado para oferecer títulos sempre que houver demanda. Dessa forma, o governo realizará ofertas públicas

de títulos de prazo longo, com rentabilidade prefixada, após o recebimento de pleito das instituições financeiras contendo proposta firme de compra.

JUROS

O Banco Central quer reduzir o grau de previsibilidade da taxa overnight, utilizada nas negociações entre as instituições financeiras para fechamento de posições diárias. Atualmente as taxas giram em torno da Selic, determinada pelo Copom. O que o BC quer é incentivar os bancos a administrar melhor o caixa, tentando taxas melhores nas negociações no over. Com isso, pretende mostrar aos agentes financeiros que os juros não são tabelados pelo Copom.

COUPON

O governo também pretende criar títulos cambiais que não incluam o pagamento de juros intermediários, os chamados *zero coupon bonds*. Além de alongar o vencimento desses títulos, a medida visa facilitar que papéis com o mesmo vencimento possam se fundir, o que facilitará a negociação no mercado.